16/03/2022

Pastor e esposa mantinham jovens indígenas em situação de escravidão no Amapá

MARIA FERNANDA GARCIA | NOTÍCIAS, SOCIEDADE

Um pastor e sua esposa levaram dois jovens indígenas, incluindo um menor de idade, do Pará para o Amapá com a promessa de ajudá-los a estudar. No novo estado, no entanto, os indígenas foram submetidos a trabalho forçado, sem salário, e em condições degradantes

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Acnur alerta: crianças que fogem sozinhas da Ucrânia são alvos de tráfico humano

Presidente da CBF diz que sofreu preconceito por ser baiano e negro

Brasil teve quase 3 casos de violência

Foto: Sergio Carvalho/Repórter Brasil

Um pastor e sua esposa foram indiciados pela Polícia Civil e vão responder pelo crime de reduzir a condição análoga à escravidão dois primos indígenas, de 15 e 19 anos, que foram retirados pelos acusados da aldeia onde viviam no interior do Pará, para trabalhar com venda de melancias no município de Porto Grande, na região central do Amapá.

Os nomes dos indiciados e dos indígenas não foram informados pela corporação. Os primos moravam com o casal desde setembro de 2021 e, segundo a investigação, eram obrigados a trabalhar, não tinham salário e eram impedidos de ter contato com outras pessoas.

“Em depoimento, os dois jovens disseram que esse pastor passou uma temporada na aldeia deles e os convenceu a vir para Porto Grande com a promessa de que poderiam estudar (...). Passavam fome, não podiam parar nem para ir ao banheiro, dormiam em condições precárias, enquanto o pastor e sua esposa se aproveitavam da situação”, detalhou o delegado Bruno Braz, da delegacia de Porto Grande.

O caso foi descoberto após o próprio pastor ir ao Conselho Tutelar pedir ajuda para que os jovens retornassem para casa, pois estavam com uma vizinha que descobriu a situação análoga à escravidão e os abrigou.

"O Conselho Tutelar acionou a Funai (Fundação Nacional do Índio) que, com o apoio da Prefeitura de Porto Grande, encontrou os dois indígenas e os apresentou na delegacia e buscará devolver os jovens para sua aldeia, localizada às margens do Rio Curupi, no município de Paragominas, no estado do Pará", detalha a Polícia Civil.

Segundo a corporação, o pastor e a esposa negaram as acusações e alegaram que passaram a ter afeto pelos indígenas e buscavam "dar uma vida melhor a eles".

"As condições precárias eram no dia a dia, trabalho constante, sem folga, sem salário, na rua, monitoramento e vigilância, pouca alimentação. Cerca de 10 horas por dia", completou o delegado.

Além da acusação pela condição de escravidão, o casal foi indiciado por subtração de incapazes, pois, segundo a polícia, não tinham nenhum documento ou autorização para retirar os jovens da aldeia. O pastor e a esposa respondem em liberdade.

Fonte: g1

Instituto EDP lança programa de aceleração para ONGs

Ucrânia: 21 bebês sem os pais estão em porão que corre risco de bombardeio

LEIA TAMBÉM

MUNDO

NOTÍCIAS

NOTÍCIAS

SOCIEDADE

NOTÍCIAS

SOCIEDADE